

POLÍTICAS PÚBLICAS E LINGUÍSTICAS: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

Alexandre António Timbane¹
José Gil Vicente²

Introdução

A liberdade de expressar pensamentos, de viver uma vida com direitos e deveres são aspetos importantes que motivam o desenvolvimento de políticas públicas e sociais. Cabe aos governos, a principal responsabilidade de elaborar políticas públicas e linguísticas inovadoras que atendam as necessidades da população. Trazer o debate à luz das políticas em vigor em Moçambique apontando caminhos que possam ajudar o foco para o desenvolvimento do país é o que se almeja.

A fim de pensar a sociolinguística e as desigualdades sociais, este trabalho pertence a um paradigma alargado da necessidade de contribuir para dinamizar e inovar as políticas e pesquisas nas várias formas de governança, cidadania e poder. É objetivo central desta pesquisa encontrar consenso na definição das estratégias e desafios num contexto multilíngue e multicultural como é o caso de Moçambique. Paralelamente à esse aspecto, traça-se os objetivos específicos a) discutir a relevância das Políticas públicas e linguística em contextos das desigualdades sociais; b) refletir sobre a importância das políticas linguísticas na elaboração das estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais; c) contribuir na melhoria das políticas públicas e sociais para a mitigação dos impactos das desigualdades sociais.

¹ Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Goiás, Catalão, Brasil. E-mail: alextimbane@gmail.com.

² Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, Brasil. E-mail: gilvicente2007@yahoo.com.br

Para concretização dos objetivos apresentados levantam-se as seguintes questões de pesquisa: Como são elaboradas as políticas públicas e linguísticas, tendo em conta os desafios das desigualdades sociais em Moçambique? Que fatores impedem a implementação eficiente das estratégias de comunicação para o desenvolvimento das pesquisas sociolinguísticas? De que forma as políticas linguísticas contribuem para a mitigação das desigualdades sociais? Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton Laswell (em 1936) que introduziram a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (Souza 2003).

Souza (2003) resume a política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (Souza 2003 23). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

As políticas públicas em Moçambique atendem uma minoria de classe alta ou filiada ao regime político do dia. A maior parte da população fica privada de usufruir das políticas públicas porque grande parte das decisões não chegam a satisfazer os interesses da população. Poucas vezes a população é ouvida e atendida. Outro problema que enferma a sociedade moçambicana, sobretudo de classe econômica baixa é a falta de conhecimento dos seus direitos. Muitos panfletos e manifestos são escritos em português e não em línguas bantu que são as mais faladas pelos moçambicanos. Há maior divulgação dos deveres do que dos direitos, o que faz com que a população não saiba agir diante de situações adversas. Uma vez que 44,9% dos moçambicanos é analfabeta (Vicente 2015), muitas vezes não sabe cobrar nem insistir para que os problemas da sua comunidade, seu bairro, seu quarteirão e da sua cidade sejam resolvidos. A ascensão da língua portuguesa (LP) em detrimento das línguas bantu (LB) em Moçambique revela a política linguística pós-colonial adotada pelo então Governo monopartidário. É fundamental a elaboração das políticas linguísticas que reflitam a realidade moçambicana e que sirvam de veículo da moçambicanidade, no contexto da unidade nacional. Infelizmente, apesar de o país adotar o sistema democrático, as suas políticas linguísticas continuam a não espelhar o cotidiano do que é, de fato, um país democrático.

Para um melhor entendimento é necessário voltarmos à matriz da colônia portuguesa para estabelecermos uma ponte entre os períodos pós-independência e democrático relativamente à questão da Política pública e linguística. Entendamos por política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as Línguas e a sociedade” e planejamento linguístico como “a sua implementação” (Calvet 2007, 11). Na realização do presente estudo demos prioridade à pesquisa bibliográfica de diversa documentação (artigos, discursos, comunicações, relatórios oficiais, dissertações e teses) que discutem sobre a temática. O estudo pode contribuir para uma reflexão sobre as políticas públicas e linguísticas vigentes em Moçambique, mas também elucidar algumas estratégias e desafios para enfrentamento da **Questão Social** em Moçambique. Entendamos por **Questão Social** “o conjunto das expressões de desigualdades sociais da sociedade capitalista moderna (quais sejam: exclusão social, desemprego estrutural, pobreza extrema, entre outras) [...] e enquanto rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam essas desigualdades e a elas resistem e se opõem” (Iamamoto 1998, 28).

Os desafios lançados na vida cotidiana apontam para uma reflexão profunda sobre as políticas públicas e linguísticas, especialmente para educação de jovens e adultos em suas relações com as línguas como ponto de partida da construção de mudanças sociais, afim de fazer das políticas linguísticas um guia para o presente que permite ver o futuro das línguas locais em Moçambique. As políticas linguísticas são necessárias para fazer a revolução. Elas vão situar-se no centro de sistematização da gestão científica, sociolinguística e sociocultural da existência dos povos.

A importância do estabelecimento políticas públicas e linguísticas favoráveis ao povo explica a apreensão levantada pela Declaração Africana sobre o Poder das políticas públicas e sociais na educação e Ensino dos Jovens e Adultos, pela Carta do Desenvolvimento para África e pela Declaração dos direitos linguísticos ratificados em 2006. Neste contexto, Morakinyo (2011) alerta para a importância de educação adequada e de qualidade para que os possam ser alfabetizados na sua plenitude. Segundo Morakinyo (2011) se os jovens não estão hoje bem equipados com exposição de aptidões, educação e guia necessária para a realização de desafios do amanhã, um amanhã melhor, morre prematuramente em nossas mãos inexperientes. Desta forma o amanhã morre prematuramente quando as políticas públicas e linguísticas são mal desenhadas para uma educação adequada, de excelência e para todos.

As reformas políticas, econômicas e sociais caracterizadas pela liberalização econômica e política que tinham em vista a modernização do estado moçambicano para torná-los mais eficientes e mais próximas dos

cidadãos, levaram ao movimento da descentralização das políticas públicas e administrativas em Moçambique desde 1988. Foi neste contexto que surgiu a abertura para participação dos cidadãos no processo de governança em Moçambique. As políticas linguísticas e a reforma da governação local, por outro lado, assumem como premissa fundamental o reconhecimento e institucionalização do poder tradicional nas suas diversas formas de organização e funcionamento.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, às iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (Castells e Borja 1996). Nesses aspectos verifica-se a falta de vontade política por parte do Governo no poder para promover a dinamização e transformação da realidade moçambicana. Pois, as decisões de ordem política ou econômica não tem tido um papel decisivo na reestruturação e elaboração das políticas sociais. A elaboração e desenvolvimento das políticas linguísticas requer sempre alguma forma de participação na mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de projeto coletivos.

Em decorrência de vários fatores, surgem ainda mais problemas que passamos a citar: A desarticulação de interesses existentes entre as comunidades locais e as estruturas do Estado na definição de políticas pública e linguísticas; Falta de estratégias de comunicação eficazes para a promoção de igualdade social; Problemas de organização social e de capital financeiro, humano e social das comunidades locais impedem a promoção da justiça social e multicultural; Diversos fatores atuando em combinação ou isoladamente impedem a promoção eficiente das políticas linguísticas no âmbito da justiça moçambicana. Neste contexto, torna-se necessário a elaboração das políticas públicas e linguísticas para estabelecer as formas de articulação das línguas locais de modo a encontrar possíveis soluções ou consenso na resolução dos problemas de desigualdades e justiça social. Os desafios na mitigação das desigualdades sociais são vários e vamos arrolá-los ao longo desse artigo.

Focando em políticas linguísticas

Moçambique é um país lusófono que se caracteriza por uma diversidade linguística. É um país com pouco mais de 24 milhões de habitantes e com dezessete LB com ortografia padronizada segundo Ngunga e Bavo (2011). Segundo Ngunga e Bavo (2011, 14-15) as quatro línguas mais dominantes no país são: emakhuwa (26.1%), português (10.8%), xichangana (10.5%) e cisena (7.8%). Apesar da Constituição da República de Moçambique (2004) assumir as LB como nacionais e patrimônio cultural, e a LP apenas apontar-se como sendo a língua oficial, ela é prestigiada não só por ser oficial, mais por ser amparada pela Constituição da República de Moçambique (2004). Tornou-se um instrumento que dá pouca relevância às LB moçambicanas faladas pela maioria da população. Apesar da maior parte da população habitar nas zonas rurais, com o nível de escolaridade baixa, eles preservam o seu mosaico cultural e fala as suas diversas LB. Para além destas línguas africanas, Moçambique conta com cinco línguas de asiáticas (gujarate, memane, hindu, urdo e o árabe) faladas por comunidades asiáticas radicadas no país e pela comunidade islã enraizada principalmente na região norte de Moçambique (Timbane 2013, 2).

No entanto, a alfabetização vem sendo apresentada muitas vezes como solução “mágica” para a ampliação das oportunidades e a criação de uma sociedade mais igualitária, retificando a noção de um mercado de trabalho com oportunidades iguais, cujo determinante é o valor meritocrático. Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade, em que a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura (Scalon 2011, 63). E aqui podemos pensar na argumentação teórica desenvolvida, com tanta propriedade, por Bourdieu (1984, 1989).

A educação é um investimento de grande importância que tem impacto, fundamentalmente, sobre políticas públicas e linguísticas às gerações jovens. Todavia, o investimento em educação, é indispensável para a promoção de equidade e bem-estar social, mesmo não tendo impacto direto e imediato sobre a pobreza e a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados. A escola moçambicana não debate sobre as variações do português na sociedade, muito menos os manuais escolares fazem alusão a isso. Portanto, estamos vivendo um momento atípico e confuso no que diz respeito às políticas educacionais. Essa atitude provoca a redução do maior patrimônio cultural que o ser humano tem - a língua. Os dados do último recenseamento populacional de 2007 mostraram claramente como o número de falantes das LB reduziu em detrimento da LP.

Ainda há preconceito com relação às LB moçambicanas e por essa razão ainda são proibidas em recintos escolares. O contexto é de possibilitar e situar a inserção dos falantes e dos iniciantes das LB no passado da

comunidade onde viveu ou vive, visto que, ao interrogar a linguística ou a língua local e as fontes locais encontrará respostas e referências em pessoas mais velhas, lugares conhecidos, identificação dos vestígios do passado na sua comunidade, permitindo uma compreensão empática dos grupos sociolinguística e sociocultural que fizeram e ainda fazem parte de diferentes momentos da história, desenvolvendo a linguística nas crianças, nos alunos, estudantes e investigadores hábitos e habilidades de fala, compreensão e competências de pesquisas. Contribuindo desta forma para o desenvolvimento das capacidades dos mesmos e aos demais interessados no desenvolvimento das políticas públicas e linguísticas como identidade ou matéria de cada região ou nação.

As políticas públicas e linguísticas quando forem implementadas de baixo para cima, a língua local vai provar a autenticidade das fontes e possibilitar uma sólida iniciação ao ensino da linguística uma vez que, em situações em que o aluno da tenra idade é confrontado com acontecimentos de regiões muito distantes leva a que este considere esta ciência como uma mera invenção. Segundo Lopes (2004), a política linguística consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visam materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade. Vale dizer que a planificação linguística subordina-se à política linguística dando conta da materialização das diretrizes que a política descreve.

Atualmente, as políticas linguísticas estão desarticuladas no contexto sociolinguístico do País. Contudo, urge a necessidade de serem revistas para darem coberturas à diversidade linguístico-cultural e enquadrar no sistema político-administrativo do Estado muitos grupos etno-linguísticos ou mesmo pessoas que se sentem à margem da sociedade homogeneizada, tendo em conta que a cultura que nos une é também a cultura que nos separa. De acordo com Lopes (2004, p.91), a planificação linguística “consiste num conjunto de atividades que visa mudanças linguísticas numa determinada comunidade de falantes, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação.”

Citando Firmino (1998, 252), “o português chegou em Moçambique como uma língua colonial e foi usado por muitos anos como meio oficial de comunicação em contextos coloniais burocráticos e institucionais”. Em Moçambique, as políticas linguísticas se efetuam por avanços, mas também expressa formas de resistência. Essas políticas emergiram como resposta às diversas formas de desigualdades sociais sofridas no período colonial. Com a independência de Moçambique em 1975, começam a surgir ondas de mobilização social no desenho das Políticas Públicas, que apelavam à necessidade de se criar uma nova cultura política linguística no país que

resguardasse, dentre outras premissas, a defesa dos direitos humanos, compromisso social e a construção da cidadania.

Falando do exercício de cidadania vai além da discussão sobre os conceitos que os distingue, percorrendo uma particularidade ‘meio’ polêmica, que trata da cidadania no tocante às desigualdades, muitas vezes confundidas pelo totalitarismo, gerando preconceitos e discriminações diante das diferenças. O direito de igualdade perante a lei pode ser desvirtuado por interesses particulares de grupos dominantes. Por essa e outras razões, a cidadania e os Direitos da cidadania não se configuram como direitos universais, já que estão inseridos na Constituição de cada nação. São variáveis de acordo com as determinações de cada país, preconizados na sua Constituição. Benevides (2009), explica que a cidadania e os direitos da cidadania dizem respeito à determinada ordem jurídico-política vigente num Estado que também se define e se garante quem é cidadão.

Moçambique é uma nação de muitas tradições que se caracteriza por multilinguismo. Estas alterações são consideradas como tentativas de busca de soluções necessárias para responder os vários desafios. Porém, muitos dos fracassos destas alterações partem da falta de estratégias operativas para a definição de políticas públicas consistentes nos documentos que incitam a Lei mãe leis mãe que regem um país para, a partir delas, traçar políticas linguísticas para o combate as desigualdades sociais que coadjuve com episódios da vida cotidiana do país. Na primeira seção discute-se a questão de políticas públicas e linguísticas, questionando a sua elaboração tendo em conta os desafios das desigualdades sociais.

Discutindo a contextualização sócio-histórica de Moçambique

Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na sua edição de 2009 classifica o país na 172^{ff} posição, entre 182 países considerados, com um IDH de 0,402. A esperança média de vida da população é de apenas 52 anos. O número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, 45% da população moçambicana continua a viver com menos que um dólar por dia e não tem acesso a serviços básicos, como água potável, escolas e instalações médicas (Suárez e Borrás Jr. 2010). Considerando a atual situação de Moçambique marcada pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano no seio da SADC, da PALOP e da CPLP é longo e duro o caminho a percorrer para inverter o presente estágio, dominado pelo agravamento das privações e limitadas escolhas para se ter acesso à vida condigna. Moçambique é um país em vias de desenvolvimento, afetado pelo impacto das deliberações das principais

organizações financeiras mundiais. A fraca capacidade competitiva, aliada à escassez de recursos humanos adequados, tornou inevitável o caminho para a marginalização, apesar de registros em anos recentes de sinais encorajadores de crescimento econômico assinalável.

Apesar do Governo de Moçambique e os doadores investirem esforços e recursos consideráveis no desenvolvimento das políticas socioeconômicas e a redução da pobreza, os indicadores chave socioeconômicos são ainda muito graves: o PIB per capita é de 1.100 USD, a taxa de alfabetização de adultos é de 48,1%. Mesmo com alguns progressos alcançados, a taxa de analfabetismo do país continua entre as mais altas do mundo, principalmente entre as mulheres, cuja taxa de analfabetismo é superior (64,2%) em relação aos homens (34,6%), e mais alta nas áreas rurais (81,2%) do que nas urbanas (46,1%). Após a proclamação da independência nacional em 25 de junho de 1975, a taxa de analfabetismo se situava em 93 %. Isto significava que em cada 100 moçambicanos apenas sete sabiam ler e escrever. Esta situação levou a que o Governo colocasse na sua agenda a alfabetização como uma das prioridades. Segundo as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), somente dentro de trinta anos a esperança de vida dos moçambicanos atingirá o nível médio atualmente registado no Mundo, mas de acordo com a ONU será ainda mais tarde (INE 2010).

A desigualdade nunca deixou de comparecer com alguma ênfase na história da humanidade. Ela é um fenômeno complexo e multifacetado que tem impactos diversos, em especial sobre as condições de pobreza e precariedade. Refletir e debater estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique, é repensar sobre aspectos importantes da construção de uma base para a superação das desigualdades sociais que precisam envolver parcela significativa da população, tanto na elaboração como na implementação de políticas que vão ao encontro dos interesses e necessidades locais dos agentes. Phillips (1997) insiste na importância da clareza entre três etapas do planejamento da atuação: a formulação da política; o planejamento propriamente da ação; e a organização para a implementação que exige o detalhamento da ação administrativa. Contudo, pouco ou nada se sabe das percepções e avaliações que a população faz, no planejamento da atuação das políticas, tanto da situação de desigualdade e carência em que está mergulhada, como das iniciativas realizadas para ultrapassar essa situação.

Scalon (2011, 55), demonstra a importância de uma discussão mais profunda sobre valores, percepções, atitudes e opiniões em relação às desigualdades sociais, uma vez que são eles “que conformam as definições socialmente vigentes sobre o que é aceitável ou não em termos de distribuição de bens, recursos e serviços. Contudo, a estrutura de desigualdade é

reproduzida e transformada em interação com o código cultural de cada grupo social ou sociedade. Pois, cada sociedade tem sua língua e linguagem própria para legitimar ou deslegitimar igualdade e desigualdade social. Para Tvedten et all (2009) a língua é prática cultural, “é importante não apenas para ser capaz de comunicar e ter acesso à informação, mas também para entendimento mais profundo do mundo em mudança onde as pessoas vivem.” (Tvedten et all 2009, 25).

A unidade nacional pressupõe uma língua comum e a urgência em promover e solidificar essa unidade levou o partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), desde os tempos da luta de libertação nacional, a optar pelo português como a língua nacional. De acordo com Grusky (2008, 13), “a tarefa de identificar as dinâmicas principais por trás das mudanças sociais tem sido fundamental para a Sociologia, mas em nenhum lugar este interesse é mais bem desenvolvido ou mais essencial do que no campo das análises de desigualdades” Para tanto, vivenciamos os episódios do ideário neoliberal. O que estimula o individualismo, onde cada um tem de buscar os meios de prover as necessidades básicas e condições indispensáveis à reprodução da vida, é válido e fundamental a responsabilização de outros setores da sociedade pela execução de políticas sociais no âmbito de combate a exclusão e desigualdade, esclarece a distinção entre exclusão e desigualdade.

[...] a desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema de igualdade hierárquico mais dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo está fora. Estes dois sistemas de hierarquização sociais, assim formulados, são tipos ideias, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas.[...]. Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Ou seja no sistema hierárquico de integração social a presença da desigualdade social é patente. Ao passo que a exclusão encontra-se no mesmo sistema mais comandado pelo princípio de segregação em combinações complexas (Santos 2006, 280-281).

Devemos considerar que, quando os custos e as chances de participação são tão desiguais, em geral nos defrontamos com uma situação em que os incluídos aumentam suas vantagens relativas sobre os excluídos, se apropriando de forma mais efetiva dos benefícios gerados pela sociedade ou pelo Estado. Os fenômenos de exclusão social têm merecido muita atenção dos investigadores. Alguns investigadores como Kowarick (2003),

Lesbaupin, (2000), Proença (2005), Sen (2000), consideram a exclusão social um conceito recente, introduzido por René Lenoir em 1974, que abrange variedade de problemas socioeconômicos dos Estados. Portanto, a dinâmica da relação entre Estado e sociedade, na qual se inscreve a prática das políticas públicas, é atravessada por desigualdades na distribuição de poder: seja ele político, econômico, social, intelectual ou simbólico. A partir dessa relação, é importante que a desigualdade seja vista como problema político. Como ponto de partida é necessário reconhecer a estreita relação entre democracia, justiça social e igualdade de oportunidades. Moçambique não é uma exceção. Existem desigualdades locais baseadas nas oportunidades, educação, emprego e rendimento, localização geográfica, filiação política, gênero, idade e isolamento social resultante de vários fatores como, HIV-AIDS e deficiências físicas. Entendamos, como percepção social, que a existência de desigualdades é uma característica intrínseca a qualquer sociedade. Neste contexto, a ideia de justiça social, entendida como acesso a oportunidades de aquisição de postos e status, é defendida como forma de criar condições para uma competição igualitária e, conseqüentemente, reforçar um sistema meritocrático na alocação dos indivíduos.

De acordo com Isaacman e Stefhan (1984, 240), ultimamente Moçambique tem feito reformas curriculares visando acomodar cidadão de ambos os sexos, reforçando a valorização cultural entre a escola e as tradições comunitárias. Num esforço de edificação de uma sociedade onde o acesso ao ensino deve contribuir para o desenvolvimento e desafios para o combate às desigualdades sociais. Castiano (2005, 42), “entende a valorização da cultura como um produto derivado de uma capacidade inerente a qualquer humano e por todos nós realizada”. Moçambique tem suas crenças e grandes riquezas. Um mosaico de diversidade racial, étnica, cultural e linguística em que a identidade nacional se constrói na pluralidade e no diálogo intercultural. Para Castiano (2009), este diálogo entre as culturas é a condição básica para a formação da ‘identidade nacional’.

Segundo Geertz (1989), consideramos a cultura a partir das suas diversas manifestações simbólicas. Obviamente, falar do combate às desigualdades sociais é tratar de desafios, normas, vivências e da educação tradicional. Aspectos que devem ser debatidos e estudados cautelosamente a vários níveis numa forma transversal, inclusiva e participativa: desde os líderes tradicionais e religiosos até os comerciantes, acadêmicos, fazedores de cultura, políticos, professores, enfermeiros, pais, alunos e outros fazedores de ideias para o desenvolvimento do ensino que fortaleça as políticas públicas que consideram os fatores que perpetuam as desigualdades sociais. Para Dias (2002, 56), o ensino constitui um instrumento de manutenção de desigualdades sociais quando as políticas públicas de educação não

consideram os fatores que perpetuam desigualdades ao longo de gerações. Neste contexto, somos de opinião que o ensino e a união de todas as forças vivas consigam empreender uma colaboração que esteja certa de modo a semear idéias e interrogações práticas políticas que frutificarão futuras trajetórias na “pérola do Índico” que é Moçambique.

Intentamos com a afirmação desta autora, reforçar a ideia de que se não olharmos as desvantagens enfrentadas pelas mulheres das zonas rurais, que vão desde a falta de infraestruturas, educação, emprego e rendimento, agravados com o isolamento social resultante de vários fatores como deficiências físicas, tabus culturais e outros, o discurso político sobre a equidade de gênero e educação para todos, será uma utopia, pois as desigualdades vão persistirem. Vários esforços têm sido feitos para combater as desigualdades sociais e a pobreza, tanto por meio de programas sociais do Governo, como de iniciativas de organizações não governamentais e do setor privado. Há grandes e importantes mudanças nas relações de gênero. Na maioria dos países desenvolvidos, e em alguns países em desenvolvimento. Moçambique não é exceção. Ao redor do mundo houve importantes transformações nas relações de gênero.

Segundo o Relatório Anual da União Interparlamentar (IPU 2015), Moçambique é um país lusófono com o maior número de mulheres no parlamento. A nível mundial, Moçambique ocupa o 13º lugar, com 39,6% dos lugares no parlamento preenchidos por mulheres. Aumentaram oportunidades de acesso à educação, o número de postos de trabalho e emprego para mulheres, bem como a qualificação, o nível educacional e a presença delas em parlamentos. Mas tudo isso levou à cidadania e à igualdade social para as mulheres? Ainda há diferenças enormes em relação às mulheres no acesso a recursos, tais como a diferença de salários pagos às mulheres e aos homens, empresários, empreendedores e no número de líderes tradicionais, religiosos e políticos homens e mulheres.

Para as mulheres que podem cada vez mais ter acesso à educação, bom emprego, liderança, lugar no parlamento e outros cargos políticos, houve um aumento de oportunidades para alcançarem a plena cidadania. Para aquelas que não conseguem ter acesso à educação e bons empregos, em especial as mulheres mais velhas ou de etnias minoritárias, em vez de oportunidades, os problemas tornam-se cada vez maiores para obterem a plena cidadania. A mulher moçambicana lutou e continua a lutar para ocupar o seu espaço na sociedade. Depois da independência em 1975, os avanços conseguidos pelas mulheres na escolarização são encorajadores, contrariando o período colonial que excluiu de forma severa o acesso à educação para todos os moçambicanos.

Para Bordieu e Passeron (1975) não significava com isto que, o acesso

à educaç3o estava democratizado, porque as probabilidades de acesso da maioria dependiam de zonas com oportunidades objetivas favor3veis e do reforço de mecanismos de acesso alocados pelo estado em diversas regi3es. Com isto queremos dizer que entre as zonas rurais deste Moçambique e as cidades onde se sup3e existir facilidades de acesso, diferentes fatores ter3o condicionado o acesso ao ensino para todos.

Nesta perspectiva, Nyerere apud Castiano (2005), embora na sua vis3o n3o enfoque a discriminaç3o da mulher no acesso à educaç3o na 3poca colonial, no caso moçambicano podemos notar que dos moçambicanos que n3o sabiam ler nem escrever, 60% eram mulheres como resultado n3o s3o de pr3ticas coloniais assim como da educaç3o tradicional que mantinham a mulheres num estado de ignor3ncia, “o lugar da mulher era de ser boa m3e, dom3stica e servil, limitando o papel social da mulher” (Isaacman 1984, 222). Apesar da posiç3o que Moçambique ocupa e a percentagem dos lugares preenchidos pelas mulheres no parlamento, o Pa3s, enfrentam grandes desafios na produç3o, apropriaç3o e uso do conhecimento sobre as pol3ticas p3blicas que possam contribuir para uma maior efic3cia no combate às desigualdades sociais.

3 necess3rio destacarmos a construç3o dos instrumentos de pol3ticas p3blicas e lingu3sticas no Executivo, para o desenvolvimento das pol3ticas dirigidas às mulheres de forma a lidarmos com aspectos mais estruturais que embasam a busca de uma perspectiva de igualdade. Raz3o pela qual, a busca de alternativas de reduç3o das desigualdades passa por duas vias simult3neas: a formulaç3o de novos modelos de desenvolvimento e a definiç3o e implementaç3o de pol3ticas p3blicas que possibilitem uma distribuç3o mais equitativa dos bens e recursos sociais.

Desafios no combate às desigualdades sociais

Em Moçambique os desafios no combate às desigualdades sociais s3o e ser3o permanentes. Por3m, v3rias iniciativas ainda t3m um alcance limitado e podem ser mais facilmente identificadas nos documentos e recomendaç3es do que por meio de aç3es pr3ticas. Como desafio os projetos e Programas das organizaç3es baseadas nas comunidades, Organizaç3es de Sociedade Civil, Organizaç3es Governamentais e n3o governamentais ligadas a promoç3o dos Direitos Humanos, por exemplo, devem dedicar à apresentaç3o de propostas relacionadas ao tema das desigualdades sociais, resultantes em grande medida dos trabalhos dos Grupos de Trabalho Inter setorial e Interministerial para valorizaç3o do combate às desigualdades e elaboraç3o das pol3ticas sociais.

Podemos destacar também como desafios: atividades comunitárias destinadas à promoção social de crianças e jovens, por meio de reforço escolar, de atividades profissionalizantes e de educação voltadas para o exercício da cidadania; atividades de apoio e estímulo a microempresários: esta atividade envolve treinamento em conhecimentos ligados à administração empresarial e qualificação profissional; estímulo e ampliação do acesso ao ensino superior. Pressionar o governo a promover e organizar conferências que dizem respeito à construção de Estado de justiça social, multicultural e democrático; reforçar o Papel da Ação Afirmativa nas políticas públicas e linguísticas de forma Democráticas e Contemporâneas. Os planos de ação que devem ser desenvolvidos em termos de políticas públicas. Este documento, juntamente com o Plano Nacional de Direitos Humanos devem expressar as diretrizes governamentais para o combate às desigualdades sociais em Moçambique. Estas são, entre outras, algumas das iniciativas que ilustram a existência de uma mobilização de diferentes setores da sociedade no sentido da adoção de políticas de promoção da igualdade. Estas são, entre outras, algumas das iniciativas que ilustram os desafios para a existência de uma mobilização de diferentes setores da sociedade no sentido da adoção de políticas de promoção da igualdade.

De acordo com Souza (2006), Devemos, pois, buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição ou a cópia de outras soluções imaginadas para situações em que também há discriminação e o preconceito, mas em contexto diferente do nosso. É melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa. Desde a construção de uma relação democrática e de instrumentos de elaboração e controle das políticas públicas e sociais. É importante encontrar mecanismos de apoio em diversas esferas de governo para impulsionar o alcance das ações, para além da reparação das discriminações mais gritantes, o que exige recolocar na pauta a proteção social de base universalizante, mas reconhecendo o direito dos desiguais de alcançarem a universalidade por meio de políticas afirmativas, aliadas às políticas redistributivas gerais (Phillips 1997). A diversidade social e cultural em Moçambique, produz várias dicotomias (Loiane 2013) que em Psicologia pode resumir-se no conceito de *double bind*³. Visão similar encontra-se em Castiano (2005), que explora as aporias existentes na educação em Moçambique entre identidade nacional e culturas particulares, entre ‘educação para todos’ e ‘qualidade para poucos’, entre a autonomia e a dependência e, entre a educação geral e a formação para o trabalho.

Hirata (2002), em seus estudos sobre as configurações atuais da divisão sexual do trabalho, insiste na permanência de uma contradição

3 Num processo de comunicação há *double bind* quando uma das pessoas formula à outra duas declarações ou lhe dá instruções que são contraditórias do ponto de vista lógico.

forte, e fundamental, entre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a perman3ncia de uma divis3o de trabalho tradicional entre mulheres e homens, em particular, mas n3o apenas, na esfera dom3stica. A constru3o de pol3ticas sociais que incidem sobre esta l3gica 3, portanto, central na altera3o das rela33es de depend3ncia das mulheres.

A divis3o sexual do trabalho 3 entendida aqui n3o como um conceito descritivo, mas estruturante nas rela33es sociais de sexo (Kergoat 1996). A constru3o de uma plataforma de pol3ticas p3blicas e combate as desigualdades sociais inclui, em nossa perspectiva, a exist3ncia de um organismo respons3vel por sua articula3o e implementa3o no 3mbito do executivo, cujo objetivo 3 traduzir uma vis3o program3tica em eixos de atua3o e a33es que, no seu alcance variado, reflita a disputa por rela33es sociais igualit3rias. E responda 3s press3es do aqui e agora com o prisma de um projeto de futuro. Para tanto, cada pa3s, cada sociedade tem realidades e valores diferentes e, por isso, Ngoenha (2000) elucida que o relativismo cultural imp3e como normas o respeito pelas diferen3as, a toler3ncia, a cren3a na pluralidade de valores, a aceita3o da diversidade.

Para tanto, acreditamos que o Estado mo3ambicano, nas suas diversas inst3ncias, ainda n3o demonstrou o comprometimento necess3rio com a elabora3o, implementa3o das pol3ticas p3blicas e lingu3sticas para minimizar o impacto das desigualdades sociais. Mesmo nos projetos e programas que j3 v3m sendo implementados, 3 poss3vel identificar a insufici3ncia de recursos materiais e humanos que garantam o bom andamento dos mesmos. Constatase, tamb3m, a descontinuidade dos mesmos e a falta de sensibilidade de muitos t3cnicos e funcion3rios para incorporar o combate 3s desigualdades sociais no seu cotidiano de trabalho.

Desigualdades sociais provocadas pelas limita33es lingu3sticas

As institui33es p3blicas de Mo3ambique atendem os cidad3os em l3ngua oficial. Num pa3s em que se sabe que o portugu3s 3 falado pela minoria, como 3 que se admite que o portugu3s seja a 3nica l3ngua de uso em institui33es p3blicas? Significa que quem n3o sabe falar portugu3s que perca seus direitos. Porque se assim n3o fosse, o Estado disponibilizaria int3rpretes para resolver a situa3o. A pergunta que n3o quer calar 3 a seguinte: como 3 que pessoas surdo-mudas fazem requerimentos para resolver seus problemas? Quantas escolas de l3nguas de sinais existem para atender estes cidad3os? A resposta que se tem do momento 3 a de que estes est3o 3 margem. 3 uma popula3o que 3 ignorada pelo Estado como se n3o

existisse.

Vejamos outro exemplo que se manifesta na justiça: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) determina que “todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele” (art. 10, UNESCO 1998). A falta do domínio da língua nas suas diversas faces limita a aplicação da justiça esperada. O mero conhecimento da expressão oral de uma língua não pode ser sinônimo do domínio da sua interpretação ou tradução. Inclui-se aqui, intérpretes nas diversas LB moçambicanas, na língua moçambicana de sinais e nas línguas estrangeiras em geral. A presença destes profissionais traria mais segurança e fidelidade das evidências, das declarações prestadas pelos cidadãos no interrogatório, na denúncia e em outros documentos legais que são redigidos ao nível da polícia.

A tradição cultural moçambicana tem desempenhado um papel preponderante na justiça social dentro das comunidades. A sociedade rural respeita o poder dos régulos como autoridade e como espaço da justiça social. Para além da figura do régulo, a sociedade rural respeita o poder das “pessoas mais velhas” (anciãos) da aldeia ou da comunidade como conselheiros e orientadores da vida em sociedade. São estes os juizes que resolvem em primeira instância todas as contendas da comunidade. Qual é a língua usada por líderes comunitários? Obviamente é uma LB local. Este exemplo, mostra claramente que o funcionamento de uma sociedade gira em torno da sua língua. Acreditamos que muitas campanhas de mobilização, sensibilização, eleitorais e outras se fossem feitas em línguas locais teriam mais impacto do que quando são feitas em português, principalmente nas zonas rurais onde se concentra a maior parte da população moçambicana.

O próximo exemplo ilustrará como os políticos entendem muito bem sobre a importância da política linguística, mas infelizmente não desejam o fazer devido à vontade própria: Temos observado em quase todos os comícios que os presidentes (da República e dos municípios), os deputados (da República, Provinciais e municipais), os candidatos às eleições sempre têm providenciado um intérprete ou tradutor em suas reuniões de propaganda e comícios. Porque razão toma essa atitude? É que estão conscientes ao fato de que o português não responde plenamente às necessidades comunicativas dos moçambicanos. Eles sabem muito bem que as suas mensagens só podem chegar na sua plenitude usando a língua da população. É essa língua que é rejeitada pela Política linguística; é essa língua que é rejeitada nas instituições públicas; é essa língua que é digna de pertencer à elite política e intelectual. A nossa posição é clara e contundente

com relação à diversidade linguística. O plurilinguismo não deve constituir problema para os moçambicanos, mas sim uma solução. Mas essa solução só virá quando houver a valorização das diversas línguas africanas que são instrumentos de expressão da cultura e dos modos de ser e de estar do povo moçambicano.

Portanto, dentre outras surgem como desigualdades sociais resultantes das limitações linguísticas como, por exemplo, a educação especial. Implica considerar as políticas linguísticas, especialmente, a presença nas escolas de diversas populações falantes de LB que constituem o país de formas históricas. A partir da diversidade cultural e sociolinguística podemos analisar as desigualdades sociais provocadas pelas limitações, especialmente de pessoas com deficiências e analfabetas, incluindo as complexas relações que envolvem os lugares da diferença nas proposições legais e nas práticas escolares.

Combate às desigualdades sociais

O combate às desigualdades sociais está diretamente ligada à identificação de quais são os ‘limites toleráveis das desigualdades’. Mas esses limites são sempre flexíveis e variam de acordo com o quão inclusiva uma sociedade parece ou espera ser. Aqui, as percepções sociais sobre quem têm o direito de se beneficiar dos recursos da sociedade e também sobre quem define as fronteiras políticas e simbólicas são cruciais. Neste contexto, é importante discutirmos profundamente sobre valores, percepções, atitudes e opiniões em relação às desigualdades sociais. De acordo com Reis (2004), os valores, percepções, atitudes e opiniões conformam as definições socialmente vigentes sobre o que é aceitável ou não em termos de distribuição de bens, recursos e serviços. Segundo autora, é impossível entender os padrões de distribuição de uma sociedade sem cotejá-los com as noções de justiça e equidade que nela predominam; porque é através do código cultural que cada sociedade legitima ou deslegitima as noções de igualdade e desigualdade. “Isso porque a estrutura de desigualdade é reproduzida e transformada em interação com o código cultural da sociedade. Esse último, por sua vez, provê a linguagem para legitimar ou deslegitimar igualdade e desigualdade.” (Munch em Reis 2004, 55).

Se reconhecermos que o sentido dado à igualdade é socialmente construído e, portanto, existe um código socialmente compartilhado que justifica ou condena a desigualdade, devemos também reconhecer que políticas públicas que não levem em consideração os valores e os padrões de comportamento da sociedade são políticas destinadas ao fracasso.

Chamamos atenção a incompletude da Teoria do Capital Humano que, por décadas, concentrou todas as nossas esperanças de eliminação da pobreza e promoção de igualdade na elevação dos níveis educacionais da população. É inegável a importância da educação, inclusive como fator de socialização e transmissão do sentimento de pertencimento a uma determinada cultura. Assim como é inegável que o aumento da escolaridade incide, também, sobre a capacidade de participação, de organização social e de disposição para a reivindicação de direitos.

A participação de todos os indivíduos em atividades sociais, culturais e de lazer assume um papel crucial no âmbito da coesão social, como realça Wixey et al. (2005, 18), e contribui para a melhoria da saúde, emprego, educação, bem como a redução da criminalidade, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida da população em geral. No pensamento do Putnam (2000), o aumento da escolaridade, participação, organização social e de disposição para a reivindicação de direitos, são componentes indispensáveis para a geração de solidariedade no sentido de “reciprocidade generalizada. Apesar de a escolaridade continuar sendo apresentada muitas vezes como solução “mágica” para a ampliação das oportunidades e a criação de uma sociedade mais igualitária, retificando a noção de um mercado de trabalho com oportunidades iguais, cujo determinante é o valor meritocrático. Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade. Bourdieu, na sua argumentação teórica desenvolvida, com tanta propriedade alerta-nos que, a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura (Bourdieu 1984; 1975).

Também é difícil supor que a educação sozinha seja capaz de reverter um cenário de desigualdades que se expressam em várias dimensões capacitárias e produz situações de extrema carência em saúde, nutrição, estímulo e disposição, entre outros fatores, o que cria diferenças na própria chance de apropriação das oportunidades educacionais. Sem mencionar que existe na qualidade do ensino moçambicano um enorme hiato entre as escolas destinadas a acolher os filhos da elite e as escolas que recebem os filhos oriundos das classes populares. Além disso, mesmo o ensino voltado para as camadas populares, muitas vezes incorpora lógicas e valores distantes da realidade social na qual está inserido seu público-alvo, o que ajuda a explicar as elevadas taxas de reprovações, repetência e abandono escolar. Vale lembrar, também, que a educação é um investimento de longo prazo que tem impacto, fundamentalmente, sobre as gerações jovens, mas exclui a parcela da população adulta.

Neste contexto, o investimento em educação, que é indispensável para a promoção de equidade e bem estar social, nem sempre tem impacto

direto e imediato sobre a pobreza, desigualdade e a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados. Na verdade, a redução da pobreza absoluta está fortemente condicionada à diminuição das desigualdades, não somente quando se trata das disparidades de renda, mas também quando consideramos outras dimensões, tais como saúde, educação e política. Olhado para esse pensamento, a busca de alternativas de redução das desigualdades sociais passa por duas vias simultaneamente. Uma delas é a formulação de novos modelos de desenvolvimento. A outra é a definição e implementação de políticas públicas e sociais que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais, que possam ampliar as oportunidades para um maior número de indivíduos. Políticas distributivas são indispensáveis para melhorar as condições de vida e de bem-estar da população vulnerável; mesmo pequenas mudanças na distribuição de renda têm impacto significativo na redução da pobreza relativa ou absoluta.

Adotando o conceito rawlsiano de justiça, Rawls (1993), a igualdade de oportunidades que, em última instância, é o elemento-chave para uma sociedade justa. Ela só pode ser alcançada com ação pública que agregue e combine diferentes estratégias. Assim, tanto o Estado quanto o setor privado e as organizações da sociedade civil podem vir a ter um papel relevante na promoção da igualdade por meio de políticas sociais, que continuam a serem os mecanismos fundamentais na ampliação do acesso a direitos e na geração de oportunidades.

A intervenção de políticas linguísticas na redução de desigualdades sociais

O português, sendo a única língua oficial mais usada nos tribunais da justiça moçambicana inibe e bloqueia na expressividade do acusado ou do suspeito ficando limitado nos seus argumentos na defesa ou na acusação. Apesar das esquadras policiais e os gabinetes de atendimentos respeitarem estas diferenças linguísticas e procurar formas de colmatar convocando um intérprete ou tradutor, segundo o caso. Este trabalho poderia ter uma participação e representação multisetorial a ser coordenado com o Ministério da Justiça. A justiça deveria ter no quadro dos funcionários efetivos intérpretes e tradutores especializados que poderiam eventualmente servir às esquadras do país. Não parece justo um cidadão ser interrogado ou ouvido numa língua estranha. A riqueza linguística moçambicana não é um problema para a nossa sociedade, mas o que preocupa é a forma como os cidadãos enfrentam a linguagem forense. Não existe uma língua melhor que a outra. O português, apesar de ser falada em quase todas as províncias

não pode ser considerado a melhor.

As políticas linguísticas para o desenvolvimento social têm que elaborar uma estratégia que permita direcionar todos os esforços e atividades para os aspectos e objetivos que são decisivos para o êxito do mesmo. Simplificando, trata-se de perguntar se fazemos as coisas corretas. Na realidade, o êxito das políticas não dependem apenas de uma orientação estratégica hábil, mas também do grau de coerência e de Inter ajustamento entre todas as atividades. Isso exige um grande número de mecanismos de comunicação articulados entre si. Trata-se de perguntar se fazemos as coisas corretamente. Esta função de coordenação com base numa estratégia viável é assumida pelos acordos e pelas regras sobre estruturas e processos. Os próprios envolvidos também assumem espontaneamente essa função, quando compreendem a estratégia e seu papel está claramente definido.

Além da orientação estratégica e da coordenação, é necessário que exista nas políticas públicas e linguísticas um horizonte de sentido partilhado e uma cultura de cooperação para que os envolvidos possam, em cada caso, atuar e reagir em função do todo. Este horizonte de sentido responde à pergunta por que e para que fazemos algo. Ele pode ser criado, por exemplo, através de uma visão conjunta elaborada de forma participativa e do reforço da identidade comum. Um horizonte de sentido partilhado desempenha várias funções importantes no que toca à convivência, à cooperação e ao êxito das políticas sociais.

Não é possível, em políticas públicas e sociais de combate às desigualdades sociais, regular todos os detalhes de forma definitiva e inequívoca através de diretrizes estratégicas e normas de execução. Isso também não seria desejável, já que, num entorno dinâmico e volátil, isso levaria ao bloqueamento imediato e ao fracasso dos projetos e programas de desenvolvimento sociais. As pessoas têm a capacidade de se auto organizarem e articularem utilizam as margens de atuação criadas pela orientação estratégica para solucionar problemas de forma criativa e aproveitam as oportunidades de interpretação para atuarem em função do todo. Assim, a orientação estratégica promove a auto responsabilidade dos atores envolvidos.

O horizonte de sentido também tem um efeito promotor, na medida em que inspira segurança e permite que os envolvidos interpretem adequadamente acontecimentos dúbios ou até mesmo contraditórios e compreendam e tolerem dissonâncias. Finalmente, um horizonte de sentido partilhado contribui para entusiasmar os envolvidos para a tarefa comum. Assim, a orientação estratégica é o fundamento que cria margens de ação, reforça a auto responsabilidade e estimula a criatividade dos envolvidos na elaboração e implementação das políticas públicas. As políticas públicas que

preveem a igualdade ou equidade têm feito parte da agenda internacional desde a Conferência de Beijing em 1995, para Moçambique a redução da pobreza e combate às desigualdades sociais fazem parte dos objetivos centrais do Governo desde os primeiros dias da Independência Nacional.

Dentre várias iniciativas, o governo moçambicano traçou no ano de 1999 as Linhas de Ação para Erradicação da Pobreza Absoluta, um ano depois as linhas foram transformadas no Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004). Objetivando reduzir a pobreza e promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Como estratégias de combate a desigualdades sociais é imprescindível a articulação entre políticas universais e políticas focalizadas. Embora essas políticas tenham caráter distinto e se apliquem a diversas situações, não são praticamente excludentes nem necessariamente conflitantes. Podemos entendê-las como estratégias complementares. Devemos reconhecer e compreender que as políticas universais têm limites por seu custo, ao passo que as políticas focalizadas têm limites por seu alcance.

A natureza multidimensional da desigualdade social requer a combinação e articulação entre universalização e focalização. Como combater a desigualdade social, racial ou de gênero se não focalizarmos? Por outro lado, alguns direitos, como saúde e seguridade social, são universais. Alguns dos passos importantes para a agenda das políticas públicas e linguísticas é a melhoria da qualidade da advocacia, estratégias de comunicações e das informações sobre os mecanismos e processos sociais envolvidos na produção e reprodução de desigualdades. Notavelmente, tem impacto imediato na elaboração ou no desenho das políticas e, portanto, nas suas chances de sucesso. Neste sentido, é fundamental avaliar as políticas públicas e linguísticas efetivamente implementadas. Existe um déficit no sistema de avaliação e monitoramento e, por isso, sabemos pouco sobre a história de fracassos e sucessos dessas medidas.

Estratégias para desenvolvimento das Políticas públicas e linguísticas

Estamos aqui perante duas questões muito interessantes. Ao abordar o conceito pertinente de estratégia será o que melhor servir os objetivos a atingir e destes depende também a forma mais adequada de sua operacionalização e medida. O conceito de Desenvolvimento é um conceito “vivo” e complexo - que sofreu muitas mudanças marcantes, especialmente nos últimos 50 anos e em particular nos últimos 200 anos. Nesses últimos séculos assistimos a uma mudança extraordinária ao nível da qualidade de

vida, do crescimento económico e da população, com o avanço dos processos de urbanização, industrialização e as inovações tecnológicas envolvidas. Nas políticas públicas e projetos de cooperação para o desenvolvimento, entende-se por ‘desenvolvimento de capacidades e estratégias’ o processo que coloca as pessoas, organizações e a sociedade em condições de moldar seu próprio desenvolvimento de estratégias e metodologias de forma sustentáveis de adaptar-se às mudanças das condições quadro.

De acordo com Sten (2002), dois pilares formam a base para a estratégia de desenvolvimento: a construção de um clima de investimento que facilita o investimento e o crescimento, e a habilitação de pessoas pobres a participar nesse crescimento. Esta afirmação confirma que o investimento nas políticas públicas e sociais devidamente elaboradas, planificadas e implementadas de acordo com as necessidades e realidades dos beneficiários locais, sectores públicos ou privados, é crucial para a atração de iniciativas individuais e coletivas que com a produção de bens e serviços contribuem para a melhoria do bem-estar dos indivíduos e da sociedade. As políticas públicas e linguísticas para mitigação de desigualdades sociais devem/podem ser desenhados com base nos projetos e programas de apoio ao desenvolvimento de capacidades e estratégias precisamente no conceito de três níveis: indivíduos, organizações e sociedades. Nesse contexto, o nível da sociedade pode ser diferenciado e subdividido em seus elementos integrantes, os “sistemas de cooperação” e o “campo de ação política”. Do ponto de vista da formulação e implantação das estratégias, uma definição do conceito que englobe integradamente todo o processo é particularmente útil na gestão dos projetos e organizações.

Não há sempre soluções fáceis, organizações e metodologias perfeitas, mas podemos sempre trabalhar para as melhorar, especialmente se pudermos identificar e ir de encontro às raízes dos problemas, mantendo uma atitude positiva, consciente e de aprendiz. Para o Moçambique do pós-guerra e em processo de reconciliação, o setor educativo constitui um desafio da primeira linha, não só na sua valência económica, mas, também, social e política (Ngoenha 2000, 216). Com efeito, se na união entre a educação e a política linguística está a ideologia, é necessário estar atento aos efeitos do poder político na Educação. Acrescente-se a esta diversidade, outra existente entre a escola rural e a urbana, a pública e a privada e/ou mista e, consequentemente todo um conjunto de ideias e concepções que expressem os interesses vitais das classes e grupos sociais. Perante esta diversidade torna-se uma empresa gigante a importância das políticas linguísticas para a identificação de valores comuns a todos os moçambicanos.

Considerações Finais

Podemos considerar que em Moçambique embora persistam problemas relacionados com elaboração das políticas públicas, linguísticas e desigualdades sociais devido a vários fatores, o atual sistema educativo teoricamente estabelece igualdade de oportunidades para ambos os sexos embora de forma objetiva nem todos os moçambicanos acedam da mesma forma ao ensino. Apesar da luta continuada da mulher não ter ainda conquistado o seu espaço, na sociedade numa forma objetiva, os avanços conseguidos pelas mulheres na escolarização são encorajadores, contrariando o período colonial que excluiu de forma severa o acesso à educação para todos os moçambicanos.

Não existe justiça num espaço onde não há direitos e deveres. O Estado moçambicano poderia cumprir a sua parte, pois recursos existem desde que haja essa vontade política. Como pudemos constatar nos debates, o tom lexical, gramatical e outros têm grande peso nas Línguas Bantu moçambicanas quando confrontados com a interpretação forense. Sem o domínio dessas competências dificilmente se pode atingir os objetivos desejados nos artigos 250, 252, 253, 254 e 255 que versam sobre “as perguntas”, no Código do Processo Penal de Moçambique (2014).

Portanto, discutir questões de políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais, perpassa diferentes campos temáticos. Pois, as suas origens são tão múltiplas e variadas quanto seus desdobramentos e consequências. É importante também nos concentrar na análise da articulação entre constrangimento e liberdade, entre condicionantes estruturais e voluntarismo. Estudos realizados por (Tvedten et al 2009, 4) identificou condições externas que também tem consequências diretas na pobreza, e desigualdades sociais. É importante destacamos a questão de gênero, uma vez que o sistema “altamente patriarcal de Moçambique” impõe implicações para a pobreza e bem estar das mulheres.

De acordo com Léon (2011), o conceito de *empowerment*, orienta-nos a reconhecer restrições sociais que a categoria está submetida e a necessidade de pensar práticas sociais coletivas e individuais para reverter essa situação. Portanto, olhando para essa linha de pensamento, as políticas públicas, e até mesmos os estudos sociolinguísticas são importantes e necessários tanto para a compreensão e interpretação dos mecanismos e fatores envolvidos na produção e reprodução das desigualdades, como são essenciais para a definição de soluções no campo das políticas públicas e linguísticas.

Lowi (1964) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política

pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (Souza 2006, 28).

Moçambique, concorrendo com a influência do “novo gerencialismo público” nas políticas públicas, existe uma tentativa, em desenvolvimento, de implementar políticas públicas ou linguísticas de caráter participativo. Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos representados no parlamento, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. São exemplos dessa tentativa os diversos conselhos consultivos; conselhos comunitários, etc. Voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Geral do Estado.

Fóruns decisórios como conselhos comunitários e aprovação do Orçamento Geral do Estado seriam os equivalentes políticos da eficiência. Apesar da aceitação de várias teses do ‘novo gerencialismo público’ e da experimentação de delegação de poder para grupos sociais comunitários e/ou que representam grupos de interesse, o governo de Moçambique continua tomando decisões sobre situações-problema e desenhando políticas para enfrentá-las, mesmo que delegando parte de sua responsabilidade, principalmente a de implementação, para outras instâncias, inclusive não governamentais.

As políticas linguísticas não valorizam as línguas bantu. Apenas o português é reconhecido pela Constituição e quem fala português fica privado dos seus direitos. Muitos moçambicanos são julgados numa língua desconhecida. Na polícia, cidadãos são interrogados em português que é uma língua desconhecida. Nos hospitais, os pacientes relatam o que sentem

na língua desconhecida. Nas instituições públicas quem não fala português não consegue ser atendido. Nas escolas, muitas crianças vindas de regiões onde o português é segunda ou terceira língua reprovam várias vezes na mesma classe. Esses exemplos mostram que uma política mal decidida cria um impacto direto na vida da população. Precisamos ultrapassar esses impasses.

REFERÊNCIAS

- Benevides, Maria Victoria. 2009. *Cidadania e direitos humanos*. S/L: IEA.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. 1975. *A reprodução, elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Bourdieu, Pierre. 1984. *Distinction, a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran.
- Calvet, Louis-Jean. 2007. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola.
- Castells, Manuel; Borja, Jordi. 1996. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*. São Paulo, n.45, p. 152-166.
- Castiano, José P. Setembro de 2009. “O Diálogo entre as Culturas através da Educação”. *I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo.
- Castiano, José. 2005. *A longa marcha duma educação para todos em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Dias, Hilzidina. 2002. *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia.
- Firmino, Gregório. 1998. Língua e Educação em Moçambique. In: Stroud, Christopher; Tuzine, António. *Uso de línguas africanas no ensino: problemas e perspectivas*. Cadernos de Pesquisa. n.26, Maputo: INDE, p. 247-278.
- Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Grusky, David. 2008. *Social stratification, class, race and gender in sociological perspective*. Stanford, Westview Press.
- Hirata, Helena. 2002. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Iamamoto, Maria Vilela. 1998. *O serviço social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez.
- Ipu. 2015. *Relatório annual: Inter-parliamentary Union*, Genebra.

- Isaacmam, Bárbara; Stephan, June. 1984. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Maputo: INLD.
- Kergoat, Danièle. 1996. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, Marta Júlia; Meyer, Dagmar E.; Waldow, Vera Regina (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 19-27
- Kowarick, Lúcio. 2003. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil-Estados Unidos, França e Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85.
- León, Magdalena. 2011. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. *Revista de Estudios de Género*. n° 13, p.94-116.
- Lesbaupin, Ivo. 2000. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Loiane, Hermenegildo F. 2013. *Possibilidades de ensino dos valores do '4 de outubro'*. Húmus, v. 3, n.8, Brasil.
- Lopes, Armando Jorge. 2004. *A batalha das línguas: perspectivas sobre a linguística aplicada em Moçambique*. Maputo. Imprensa Universitária.
- Lowi, Theodor. 1964. American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics*, 16: 677-715.
- Moçambique. 2014. *Código do processo penal de Moçambique*. Maputo: Minerva Press.
- . 2004. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.
- . 2010. *Instituto Nacional de Estatística de Moçambique*. Maputo: INE.
- Morakinyo, Akintunde. 2011. *Why it is important to make education affordable*. Washington: World Bank.
- Ngoenha, Severino E. 2000. *Estatuto e axiologia da educação*. Maputo: Livraria Universitária.
- Ngunga, Armindo; Bavo, Názia N. 2011. *Práticas linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: CEA.
- Phillips, Anne. 1997. *From inequality to difference: a severe case of displacement*. *New Left Review*, London: n.224, jul./aug.
- Proença, Carlos Sangreman. 2005. *A exclusão social em Cabo Verde: uma abordagem preliminar*. Lisboa: ACEP/CEISEGUTL.
- Putnam, Robert D. 2000. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.
- Rawls, John. 1993. *Uma teoria da justiça*. Lisboa, Presença.
- Reis, Elisa. 2004. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro.

- In: Scalon, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Rio de Janeiro: Ipea. Santos, Boaventura de Sousa. 2006. *A gramática do tempo-para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, p, 280-281.
- Scalon, Celi. 2011. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n. 1, p. 49-68.
- Sen, Amartya. 2000. Social exclusion: concept, application, and scrutiny. *Social Development Papers*, OESDADB, n. 1.
- Souza, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, *Caderno CRH*. 39: 11-24.
- . 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45.
- Sten, Nicholas, 2002. *A strategy for development*. WorldBank, Washington.
- Suárez, Sofia Monsalve; Borrás Jr, Saturnino. 2010. *Desenvolvimento, para quem? impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural moçambicana*. Fian Internacional.
- Timbane, Alexandre A. 2013. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. tese. (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Linguística e Língua Portuguesa, Araraquara.
- Tvedten, Inge et all. 2009. Relatório de Monitoria e Avaliação da Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA) de Moçambique 2006-2008. *Uma Sinopse de Três Estudos Qualitativos sobre a Pobreza Rural e Urbana*. Relatório CMI 2009:5. Bergen, Chr. Michelsen Institute.
- UNESCO, 1998. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*.
- Vicente, José Gil. Julho, 2015. Políticas públicas e governança na educação: a constituição da História como disciplina em Moçambique. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis-SC.
- Wixey, Sarah et all. 2005. *Measuring accessibility as experienced by different socially disadvantaged groups*. EPSRC FIT, Programme Transport Studies Group-Universidade de Westminster.

RESUMO

O mundo democrático em que a maioria dos países africanos se inseriu têm criado problemas ao invés de solucionar, que afetam diretamente é população. Moçambique possui um Estado novo porque alcançou a independência em 1975 e passou por 5 processos eleitorais. A maioria desas eleições não são reconhecidos pela oposição. A pesquisa visa discutir a influência das políticas públicas e linguísticas na vida dos moçambicanos e mostrar caminhos possíveis para uma política que atenda os interesses da população. Usando um método bibliográfico e buscando pesquisadores que discutem as políticas públicas e políticas linguísticas se chegou à conclusão de que há necessidade de envolver a sociedade (no sentido verdadeiro da palavra) na tomada de decisões e na resolução dos problemas sociais. Concluiu-se que o português é a língua oficial, mas ao mesmo tempo segrega uma maioria que não é alfabetizada. Precisamos discutir formas de ultrapassar as diferenças linguísticas e sociais criando assim, um ambiente são e com harmonia.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas; Políticas linguísticas; Moçambique; Democracia.

*Recebido em 19 de agosto de 2017.
Aprovado em 11 de dezembro de 2017.*